

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## O IMPACTO DO ENEM NO ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus  
PPGHIS/UFMA/Bolsista Capes  
yuri\_alhadef@hotmail.com

Sandra Regina Rodrigues dos Santos  
PPGHIST/UEMA/ NUPEGEM  
sandramoicana@yahoo.com.br

### Introdução

Nas aulas que tratem do ensino de História Regional ou Local, o docente deve proporcionar sentido ao cotidiano do estudante, agregando-o valores que sejam capazes de transformar comportamentos, e os conteúdos não sejam sem significados e resultem no estudante um distanciamento da sua realidade (MARTINS; MATEUS, 2020). Sobre a História Regional, Bittencourt fala que essa História “tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do estudante, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência” - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, ” e ao mesmo tempo “por situar os problemas significativos da história do presente” (BITTENCOURT, 2012, p. 168). Conforme essa autora, a História Local tem sido elaborada por pesquisadores de diversos tipos. Políticos ou intelectuais de diferentes proveniências dedicam-se a dissertar histórias locais nas finalidades distintas, e alguns destes autores comumente criam memórias mais do que verdadeiramente a história.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9.394, que passou a vigorar em 20 de dezembro de 1996, rege os princípios gerais da educação, e desde sua promulgação essa lei sofre inúmeras atualizações, que acontecem de acordo com as demandas exigidas pela sociedade vigente. Nessa Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no Artigo 26, assegura que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma “base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996). Nisto inferimos, que os estudos locais e regionais são embasados pela Lei que rege a educação brasileira.

De acordo com os PCNs, para se constituir cidadãos conscientes e críticos da realidade em que estão inseridos, é preciso fazer seleções pedagógicas pelas quais o

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estudante conheça as problemáticas e “os anseios individuais, de classes e de grupos - local, regional, nacional e internacional - que projetam a cidadania como prática e ideal”; distingam “as diferenças do significado de cidadania para vários povos; e conhecer conceituações históricas delineadas por estudiosos do tema em diferentes épocas” (BRASIL, 2000, p. 36-37). Nisso compreende-se, que os estudos históricos locais e regionais contribuem na construção de um cidadão crítico e consciente.

Assim, este trabalho tem por objetivo discutir os desdobramentos da implementação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), no ensino de história do Maranhão. Para isso, apresenta-se um breve histórico do Ensino de História do Maranhão, em seguida, discute-se como o ENEM tem impactado o Ensino de História Regional. O referencial teórico pautou-se em trabalhos de autores(as) como Bittencourt (2015). A metodologia é bibliográfica, pois utilizou-se obras dos seguintes autores(as) Cabral (1987), Martins (2014), Gomes (2017), Silva (2017), Mateus (2018); e documental, porque, recorreu-se a legislação nacional que rege a educação brasileira, como a atual LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a fim de demonstrar bases legais na condução do ensino de História abordando a temática local e regional.

## 2 Breve Histórico do Ensino de História do Maranhão

O surgimento da disciplina História no Maranhão<sup>1</sup> acontece no contexto do advento da República, em que essa disciplina acompanha a tendência de elaborar uma memória nacional e também tencionava na construção da identidade nacional guiada pelos ideais republicanos. Dayse Marinho Martins em sua dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT) intitulada *Currículo e Historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902-2013)* (2014), mostra o surgimento da disciplina História do Maranhão, para essa pesquisadora,

---

<sup>1</sup> Se levarmos em consideração os apontamentos de Barbosa de Godóis que, nesse período, percebe a ausência de um material de didático, quando surge a disciplina de História do Maranhão, atestemos isso em suas palavras escritas em 1904: “A falta de um livro que facilitasse o estudo dos alunos de Instrução Cívica da Escola Normal fez-nos ir escrevendo, em 1899, o resumo de preleções que teriam de ser feitas nas lições próximas, achando-se dessa maneira, no fim do ano letivo, composto um volume dessa disciplina, de acordo com o programa oficial daquele instituto [...] Era a primeira vez que se lecionava essa matéria com certo desenvolvimento, naquela escola, constituindo o objeto de uma sala de aula especial, e também o primeiro ano em ocupávamos um lugar no professorado maranhense [...] em 1902, se nos oferecia idêntica situação, aos termos de iniciar na mesma escola o curso de História do Maranhão, que, pela reforma do instituto, teria de formar a matéria de uma outra aula, separada da de História do Brasil” (GODÓIS, 2008, p. 19).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a referida disciplina nasce por necessitar de abordagem no sistema oficial de ensino dos aspectos arrolados à memória e cultura local. Os conhecimentos sobre a História do Maranhão foram organizados em obras que realçaram uma seleção de conteúdos. Para tal escopo, os estudos se basearam em uma visão de História situada na narrativa e na transmissão de interpretações históricas. “De tal modo, na trajetória da instrução pública maranhense, a História do Maranhão se relacionou às necessidades do contexto histórico e social; predominando uma concepção factual de História que precisa ser redefinida nas propostas curriculares atuais” (MARTINS, 2014, p. 14).

A historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral no artigo *O ensino de História do Maranhão no 1º Grau (3a. e 4a. Séries)* (1987), é pioneira em abordar a realidade do ensino e dos livros didáticos referentes à História do Maranhão. A metodologia utilizada por Cabral se constituiu de questionários, aplicados a 125 professores de quarenta escolas das redes federal, estadual, municipal. De acordo com Cabral (1987, p. 16-17), a História do Maranhão “tal como é contada nesses livros constitui-se, pois, numa representação mística da realidade maranhense. Nessa história, a ação, o movimento, o cotidiano do homem maranhense não tem lugar, está à margem”. A versão contada dessa história é “segundo a ótica de um determinado grupo, que passa a se constituir, depois de veiculada nas escolas, na visão de história do senso comum”.

Cabral (1987, p. 30) sugere que no ensino de História “o professor, juntamente com os alunos devem, a partir de suas experiências dentro da realidade em que vivem, selecionar os assuntos que julgam pertinentes e que têm interesse em conhecer”. Destarte, essa historiadora chama atenção, no final da década de 1980, para o modo de como se operava o ensino de História do Maranhão apontando os livros didáticos, a disciplina e os conteúdos ensinados pelos professores. Para Cabral (1987, p. 30), deveria haver “elevação do nível de ensino de História do Maranhão”, mas adverte que “é uma tarefa árdua, lenta, que exige o esforço e a participação, sobretudo, dos professores e dos alunos, elementos mais envolvidos nesse processo”. Afirma que “métodos prontos, capazes de realizar tal façanha, não existem, uma vez que o caminho para se atingir tais objetivos tem que ser descoberto, criado, sobretudo, por professores e alunos a partir da realidade que os rodeia e de suas experiências”.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em outro artigo intitulado *O Papel do Negro na Historiografia Maranhense* (1988), Cabral (1988) lembra a situação de descaso em relação ao negro na historiografia maranhense, conseqüentemente, no ensino de História do Maranhão. No período da escrita desse artigo, a autora menciona o modo como se tratava a História do negro no Maranhão, sendo o “negro é visto como um mero instrumento, incapaz de pensar, de possuir uma consciência histórica, de construir ou fazer História” (CABRAL, 1988, p. 107). Quanto aos materiais didáticos daquele período, a pesquisadora critica o livro didático *Terras das Palmeiras* publicado em 1977 das autoras Nascimento e Carneiro, pois nesse livro:

[...] tem-se uma ideia da sociedade maranhense como um todo harmônico, onde não há conflitos, exploração, preconceitos. "Todos (os maranhenses) têm igualmente acesso as riquezas da terra", devendo se sentir, por isso mesmo, "seres felizardos"[...] Nesses textos, a real situação do negro hoje no Maranhão não é questionada, nem sequer apresentada, da mesma forma que é silenciada sua história. O conteúdo desses livros, com certeza, influencia a prática pedagógica das escolas, com relação ao ensino e aprendizagem da História. A transmissão de forma não questionadora ou crítica dessa narrativa não oportunizará o aluno, sobretudo o aluno negro, a se aperceber como ser histórico, passando a ver a História como um relato monótono, com o qual não se identifica, por se mostrar distante de seus interesses e experiências (CABRAL, 1988, p. 107).

Como se observou a necessidade que se dessem mais atenção à história que contempla os estudos da História do Maranhão não é um problema novo. A professora Maria do Socorro Coelho Cabral realizou uma pesquisa com professores em 1987, em que verificou a necessidade das aulas de História contemplarem os estudos locais e regionais. Conforme essa pesquisadora:

Todos os professores, com exceção apenas de 6 deles, concordam que o aluno deve estudar mais História do Maranhão nas séries posteriores. Muitos desses professores justificaram sua resposta, afirmando que o aluno deve receber mais informações sobre seu Estado nas séries seguintes, uma vez que o ensino ministrado em apenas uma ou duas séries (3a. e 4a.) não é suficiente para possibilitar ao estudante um conhecimento mais amplo da realidade de seu Estado (CABRAL, 1987, p. 27).

Recentemente, Márcio Henrique Baima Gomes em sua dissertação de mestrado apresentada a Programa Pós-Graduação Ensino, História e Narrativa (PPGHEN) A *História do Maranhão no Currículo do Ensino Médio (1996 – 2016)* (2017), ao analisar

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o lugar da História do Maranhão no currículo da rede estadual de ensino do Maranhão, ainda observa as questões não solucionadas levantadas por Cabral (1987) na década de 80 do século XX. Esse pesquisador assinala que não é por ausência de pesquisas ou de uma historiografia regional que os conteúdos de História do Maranhão não são contemplados no currículo da rede de ensino estadual, mas:

É provável que a falta de interesses dos gestores públicos no financiamento e distribuição de materiais didáticos específicos sobre a História do Maranhão, ou ainda que o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) tenha inviabilizado o estudo da História Regional, ou até mesmo uma possível falta de formação docente estejam dificultando o ensino de História do Maranhão nas escolas da rede estadual [...] é interessante propor uma valorização da História regional/local (em especial a História do Maranhão) nos currículos e livros didáticos no intuito de tornar o ensino de História mais significativo e proveitoso aos alunos do Ensino Médio da rede Estadual do Maranhão (GOMES, 2017, p. 27; 70).

No que tange a Histórias Regional, Loraine Slomp Giron no artigo *Da memória nasce a História* (2000), diz que, a história regional, filha do espaço e da dependência, considerada por muitos “como apenas bastarda do Clio [...] o preconceito contra a história regional é tão antigo como a própria História. Já os gregos rejeitam a história regional, ao estudar grandes mudanças históricas que excluem, não só a história local, como os historiadores locais”. A compreensão histórica dos gregos, “bem como sua filosofia, permanecem ao longo dos séculos. A história regional continua sendo repelida para fora da história geral, tanto então como agora. Tal rejeição tem um sentido e obedece a alguns pressupostos teóricos e ideológicos” (GIRON, 2000, p. 28-29).

Diante deste preconceito com os estudos locais e regionais, notamos, de modo geral, que o próprio ensino de História do Maranhão, enquanto objeto de estudo, tem atraído poucos pesquisadores<sup>2</sup>, como exemplo, em pesquisa feita a biblioteca do curso de

---

<sup>2</sup> Com exceções dos seguintes trabalhos: Beatriz Andrade, *O discurso educacional do Maranhão na Primeira República* (1984); Maria Regina Nina Rodrigues, *Estado Nacional e Ensino Fundamental (Maranhão 1930 – 1945)* (1991); Maria do Socorro Coelho Cabral, *Política e educação no Maranhão: 1834 – 1889* (1984) e *O Ensino de História do Maranhão* elaborado (1987), Lilian Leda Saldanha, *A Instrução Pública maranhense na primeira década republicana* (1992); Diomar das Graças Motta, *As Mulheres professoras na política educacional no Maranhão* (2003); César Augusto Castro, *Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)* (2007); Odaléia Alves da Costa, *Produção de uma disciplina escolar e os escritos em torno dela: os Estudos Sociais do Maranhão* (2008) e *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)* (2013); Ana Carolina Neres Castro Licar *A questão de livros da Escola – Modelo Benedito Leite: cultura material escolar e poder disciplinar no Maranhão (1900-1911)* (2010); Diulinda Pavão Costa *O Cenário*

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) entre os anos de 2012 e 2013, observamos que não constam trabalhos de conclusão de curso, que abordassem o ensino de História do Maranhão na qualidade de objeto de pesquisa.

Das 37 monografias, sendo 15 em 2012, e 22 em 2013, não houve produção acerca do ensino de História Local ou Regional, contudo, vale dizer que com o advento do PPGHEN, atual PPGHIST criado pela Resolução n. 1054/2013 CEPE/UEMA e aprovado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em julho de 2013, tem como público alvo todos os portadores de diploma superior em História ou áreas afins, que almejem melhorar sua qualificação e capacitar-se para atuação no Magistério da Rede Básica de Educação, e:

[...] visa qualificar profissionais dedicados à docência no ensino básico e contribuir com o seu papel de agente condutor de práticas pedagógicas. A finalidade é atualizar competências e habilidades capazes de proporcionar um refinamento teórico-metodológico e pedagógico do historiador-docente, ante as novas diretrizes para o Ensino de História, estabelecidas desde a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Assim, pretendemos contribuir para a transformação do professor-docente em agente ativo do processo de construção de novas estratégias pedagógicas, capazes de alterar o cotidiano do ensino da História em nosso Estado. Para tanto, a reflexão sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos que envolve o campo da História, será apreendida a partir da interface entre História, Ensino e Narrativas, eixos a serem desenvolvidos e articulados a partir do conhecimento historiográfico, estratégias metodológicas e múltiplas linguagens, inseridas no cotidiano escolar (UEMA, 2013, p. 01).

Diante disso, é evidente o aumento da produção de trabalhos voltados para o ensino de História Local ou Regional, ou seja, referentes ao ensino de História do Maranhão. Além disso, o curso de graduação da UEMA sofreu o impacto com a chegada da PPGHEN, atual PPGHIST<sup>3</sup>, onde surgiram trabalhos de conclusão de curso destinados ao ensino de História do seu estado.

Desse modo, notamos que muitas vezes a História Local e Regional tem permanecido longe dos interesses e alcance dos estudantes. No caso do Maranhão, isso

---

*Educacional na Princesa da Baixada (1920-1960)* (2012); Dayse Marinho Martins, *Currículo e Historicidade: A disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902 – 2013)* (2013).

<sup>3</sup> Sobre isso, ver: MATEUS (2018).

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

acontece em parte devido à ausência de material didático<sup>4</sup> que aborde a História Local e Regional. Outro fator que tem diminuído o interesse pela história local foi à adesão das universidades públicas ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que fez com que os estudantes dessem pouca atenção à história que contempla os estudos locais e regionais. É importante ter em vista que, “o trabalho com a História Local no ensino pode ser um instrumento idôneo para a construção de uma História mais plural, menos homogênea, que não silencie as especificidades”. Também é relevante, pois “pode facilitar a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História” (SCHMIDT, 2007, p. 191).

### **3 O ENEM e suas edições (1998-2016): uma problemática para a História Local/Regional/Maranhão**

Sabemos que o ensino de História do Maranhão enfrenta problemas quanto à exclusão dos conteúdos a serem aplicados na educação básica. Isso se deve em parte pelas ausências bibliográficas que abordem a história local de forma didática e pelas escolas seguirem um currículo nacional para que os estudantes tenham condições para prestar o ENEM. A exceção ainda ocorre no vestibular da Universidade Estadual do Maranhão que não aderiu a esse programa, mas mesmo assim os estudantes, na maioria das vezes, só têm acesso aos conteúdos de história do Maranhão em cursos preparatórios de pré-vestibular, prejudicando aqueles que não têm condições financeiras para pagá-los.

Conforme Martins (2014, p. 197), mesmo que vinculado a uma perspectiva tradicional de vestibular, o programa da disciplina História no processo seletivo da UEMA demonstra “na transposição didática dos conteúdos, a renovação historiográfica das últimas décadas. Ilustra elementos da história regional sob o viés da problematização, da abordagem cultural, ampliando a compreensão do contexto histórico em sua complexidade”.

---

<sup>4</sup> Sobre isso, ver: MATEUS (2018).

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

O Exame Nacional de Ensino Médio foi criado em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, como forma de verificar a qualidade do Ensino Médio avaliando as competências e habilidades dos estudantes. No ano 2004, essa prova nacional passou a contemplar os estudantes com bolsas de estudo em Instituições de Ensino Superior (IES) particulares por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2009, houve modificações em sua estrutura, isto é, o ENEM foi instituído em muitas universidades públicas como forma de ingresso unificado dos estudantes no ensino superior por meio das notas obtidas nesse exame e, recentemente, os estudantes para financiarem seus estudos em faculdades particulares também precisam da nota para utilizarem no Financiamento Estudantil (Fies). Nisso observamos, as transformações que o ENEM vem submetendo-se, pois em sua criação não se teve pretensão de ser selecionador dos estudantes para o ingressarem no ensino superior, contudo ferramenta de avaliação da qualidade do ensino médio.

A instituição do ENEM ocorreu por meio da Portaria MEC N° 438, de 28 de maio de 1998, o seu Artigo 1º diz que seria como procedimento de avaliação do desempenho do estudante, com os objetivos de conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho; criando referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio; fornecendo subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior; constituindo-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio.

No Artigo 2º dessa mesma portaria, o ENEM, constituir-se-ia de uma prova de múltipla escolha e uma redação, avaliaria as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental e médio, indispensáveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania, sua base seria a matriz de competências especialmente definida para o exame (BRASIL, 1998). Essa portaria recebeu modificações pela portaria n°. 462, de 27 de maio de 2009, que acrescentou no Artigo 1º dois incisos, sendo eles: “promover a certificação no nível de conclusão do ensino médio, de acordo com a legislação vigente; avaliar o desempenho escolar do ensino médio e o desempenho acadêmico dos ingressantes nos cursos de graduação”. No Artigo 2º, tem o início de sua redação alterada do seguinte modo: o “ENEM, que se constituirá de uma prova de múltipla escolha de cada área do conhecimento, e uma

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

redação...”. Na edição de 2017, o Enem não certifica mais o ensino médio, o que retoma a ser feito através do Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que acontece por meio de uma parceria com estados e municípios.

Nessas alterações é nítido que o ENEM a partir de 2009 aumentou as suas finalidades; o número de questões saltou de 63 para 180; antes a prova acontecia em um dia, passou para dois; o estudante não se submete as provas por disciplinas específicas, mas por áreas de conhecimentos divididas em: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; e ciências da natureza e suas tecnologias. A disciplina História está inserida na área de Ciências Humanas e suas tecnologias. De tal modo observaremos os conteúdos de História que vêm sendo postos ao longo de sua primeira edição, em 1998, até a edição de 2016 para sustentar que os conteúdos específicos da História do Maranhão não são colocados, o que antes da unificação nos vestibulares tradicionais ainda eram contemplados no currículo nacional, com a unificação deixaram de ser exigidos, fazendo com que os estudantes se interessem menos ainda pela história local. Desse modo, muitos docentes diminuem a já insignificante carga-horária dedicada a esses conteúdos, que acaba por predominar a história Geral e do Brasil com os fatos históricos e a historiografia do centro-sul, excluindo as demais regiões do país, aqui específico o Maranhão.

Na tabela abaixo dividimo-la por ano de cada exame, a quantidade de questões de história com os tópicos de História Geral junto aqueles assuntos que se referem à Europa, EUA, etc, isto é, aos fatos históricos que não se deram no Brasil. A História do Brasil faz menção aos episódios históricos que ocorreram no Brasil, mas os que não se passaram no Maranhão. Por fim, a História do Maranhão remetendo-se aos eventos históricos que se efetivaram nessa região do país. Como podemos constatar o exame não traz questões sobre o Maranhão<sup>5</sup>, isso é um dos problemas enfrentados pela História Local ou Regional.

Tabela 01 – Provas do Enem de 1998 a 2016.

QUANTIDADES DE QUESTÕES DE HISTÓRIA NO ENEM			
ANO	HISTÓRIA GERAL	HISTÓRIA DO BRASIL	HISTÓRIA DO MARANHÃO
1998	4	4	0

<sup>5</sup> A questão de número 27 da edição de 2012 cita o Maranhão no que concerne às mulheres quebradeiras de coco-babaçu junto com os estados do Piauí, Pará e Tocantins.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

<b>1999</b>	4	1	0
<b>2000</b>	3	0	0
<b>2001</b>	6	3	0
<b>2002</b>	7	1	0
<b>2003</b>	8	1	0
<b>2004</b>	5	4	0
<b>2005</b>	3	1	0
<b>2006</b>	5	4	0
<b>2007</b>	4	3	0
<b>2008</b>	8	6	0
<b>2009</b>	19	14	0
<b>2010</b>	12	18	0
<b>2010<sup>6</sup></b>	10	15	0
<b>2011</b>	10	17	0
<b>2012</b>	14	10	1
<b>2013</b>	12	19	0
<b>2014</b>	18	19	0
<b>2015</b>	10	12	0
<b>2016<sup>7</sup></b>	12	13	0
<b>2016</b>	11	09	0

Fonte: Provas do Enem de 1998-2016.

O Enem foi instituído com justificativa de desfazer um ensino preso em memorização de conteúdos prescritos nos vestibulares tradicionais. Esse exame tenciona por meio de questões que estimulem o raciocínio do estudante através das habilidades e competências solucionar os problemas.

As competências que dão suporte à avaliação do Enem estão baseadas nas competências que os indivíduos desenvolvem. Estas competências são descritas nas operações formais da teoria de Piaget, tais como, a capacidade de levantar todas as possibilidades para resolver um problema, a capacidade de formular hipóteses, combinar todas as possibilidades e separar as variáveis para testar a influência de vários

<sup>6</sup> Por causa de alguns cadernos de provas terem sido impressos de forma errada, os candidatos prejudicados se submeteram a uma nova prova.

<sup>7</sup> Devido às ocupações nos prédios públicos contra a PEC que limita o aumento aos gastos públicos e a proposta de reforma do Ensino Médio a prova não pode ser aplicada 405 locais, assim os candidatos que fariam o teste nesses locais realizaram o exame em uma data.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fatores, o uso do raciocínio hipotético dedutivo; aspectos de interpretação, análise, comparação, e argumentação, e a generalização a diferentes conteúdos [...] Ao mesmo tempo, nas avaliações do Enem, a inteligência é encarada não como uma faculdade mental ou expressão de estruturas cognitivas inatas, porém é compreendida como o uso de estratégias cognitivas básicas voltadas para a análise da realidade. E isto em uma **situação problema** que deve ser elaborada dentro de um **contexto**, de modo que se possa avaliar a emergência das habilidades cognitivas, o "saber fazer" (DIAS, 2009, p. 27, grifos da autora).

De acordo com Martins (2014, p. 196), as avaliações externas assinalam para contradições na relação entre o discurso apregoado através das propostas curriculares nacionais e, o que acontece na prática do currículo na conjuntura do sistema educacional. No que se trata da disciplina História, os documentos oficiais, baseados em uma concepção construtivista de ensino-aprendizagem apontam o estudante como sujeito histórico, destacando o enfoque de conteúdos da História Local/Regional, contudo, as provas do Enem são ordenadas com suporte em conteúdos mais gerais incorporados a competências e ilustrados questões associadas à História Geral ou do Brasil. Dado seu grande alcance, o Enem não abrange aspectos que compõe a História Regional/Local. Desse modo, o Enem “limita a compreensão de uma manifestação cultural local à interpretação de texto informativo, sem a percepção da complexidade do fenômeno e sua inserção no contexto histórico regional”.

Os pesquisadores, Monike Gabrielle de Moura Pinto e Ricardo de Aguiar Pacheco em *O Enem como referência para o ensino de História* (2014), dizem que, quando, em 2009, o Enem passou a ser a principal via de acesso ao Ensino Superior, adquiriu uma proporção gigantesca na educação no Brasil. Dessa maneira, a avaliação nacional tornou-se uma referência para “a atuação dos professores em sala de aula e para a formulação dos currículos do Ensino Médio, que buscam preparar os educandos para o ingresso no Ensino Superior através da prova do Enem, e não mais para os vestibulares” (PINTO; PACHECO, 2014, p. 80).

De acordo com Pinto e Pacheco (2014, p. 80), o Enem, sendo como ferramenta de avaliação e observação do nível de qualidade da educação nacional no nível médio, analisa sobretudo as habilidades e competências dos estudantes, em que houve mudanças nas questões exigidas, que passaram a exigir do estudante não mais a memorização de datas e fatos marcantes do passado. “A implementação da avaliação por habilidades tem

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

provocado os professores da Educação Básica a uma prática que prepare o alunado para a avaliação nacional de forma diferente do que era avaliado nos vestibulares”.

Outro aspecto apontado por esses autores, diz respeito à quando se confronta as características das questões de História cobradas no exame e as orientações legais dada LDB e dos PCN, observa-se o espaço dedicado a História do Brasil e à História Geral no Enem. Em que se percebe que esse exame no que se refere ao destaque destinado à História do Brasil, “vai de encontro ao que é solicitado pela legislação educacional, uma vez que o espaço dado à história nacional foi diminuindo com o passar do triênio analisado” (PINTO; PACHECO, 2014, p. 81). Em contrapartida, Pacheco e Pinto também destacam o exame em algum momento estando em consonância com a legislação, ao percebem que:

[...] os temas e debates das questões focadas na História Política e na História Social aparecem com mais destaque por estarem relacionados à postura cidadã e à reflexão crítica sobre o processo histórico e a realidade social vivida pelos estudantes. Dessa forma, **constatamos a preocupação por parte do exame de avaliar o senso crítico do estudante sobre uma dada realidade sociopolítica, trazendo para a prova a discussão sobre a cidadania tal como solicita a LDB e os PCN** [...] Por outro lado, os itens têm privilegiado temas da História Política e da História Social, afastando-se da História Econômica e incorporando muito pouco os temas da História Cultural, foco da produção historiográfica mais recente — **que evidencia um esforço de efetivar as orientações legais que valorizam a formação cidadã e a preparação para a política na sociedade, solicitando a formação de um sujeito crítico, reflexivo e consciente de seu papel político** (PINTO; PACHECO, 2014, p. 83;84, grifos nossos).

Ao mesmo tempo a legislação difunde a proximidade dos conteúdos de História com o cotidiano dos educando, ao enfatizar o maior número de conteúdos de História do Brasil. No entanto, o Enem anda na direção contrária, alargando o espaço dedicado à História Geral. De outra forma, apresenta avanço no que se trata de temas e discussões que permitem e corroboram a constituição da cidadania e da postura crítica dos estudantes (PINTO; PACHECO, 2014). Contudo, Pacheco e Pinto não deixam de lado os problemas advindo com a implementação do Enem, a exemplo da História Regional/Local:

No que diz respeito à valorização da história nacional, o Enem tem se afastado do estudo de aspectos locais das organizações sociais, voltando a se concentrar na história eurocêntrica [...] **A História do Brasil, e por conseguinte a história local, acabou perdendo espaço no exame que direciona a formulação dos currículos da Educação Básica. Isso contrasta não apenas com as orientações da Lei de Diretrizes e**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**Bases da Educação Nacional, mas também com os Parâmetros Curriculares Nacionais.** Assim, percebemos que o Enem, ao valorizar questões de História Geral, retornou ao primado da história eurocêntrica, distanciando-se do contexto social dos alunos (PINTO; PACHECO, 2014, p. 84, grifos nossos).

Mais recente, Francinéia Pimenta e Silva defendeu a dissertação de mestrado no PPGHEN intitulada *O Enem e o Ensino de História: o lugar da História local no Ensino Médio (2017)*, na qual defende a hipótese de que o ENEM reforçou a minimização dos conteúdos de história local no ensino médio. Sua análise indica que a abordagem da História local em sala de aula quando acontece se explica pela possibilidade de correlação com determinado conteúdo da história nacional. Essa pesquisadora ressalta que a necessidade de uma interferência pedagógica do docente para tornar o ensino da história local um componente proeminente para a constituição cidadã dos jovens maranhenses. Usou como referência 07 professores e 200 alunos/as do Centro de Ensino Liceu Maranhense, escola campo de pesquisa através da aplicação de questionários abertos cujas perguntas investigaram acerca do ENEM e o ensino de História local.

Silva (2017, p. 34) sinaliza que o Enem endossa as políticas de financiamento por meio dos resultados de desempenho dos examinados, o governo federal tem o Enem como um instrumento que admite aferir a realidade educacional de todo o país e identificar o fosso entre as redes de ensino particular e pública. O controle da educação a partir dessas ferramentas de avaliação decorre da imposição de instituições financeiras como o Banco Mundial que possui seus alicerces capitalistas e carecem, por conseguinte, ajustar todos os setores incluindo o educacional aos padrões dos organismos internacionais. “Assim o ENEM além de direcionar os conteúdos, o acesso às universidades também insere a educação na cadeia financeira. E limita as especificidades regionais de uma participação mais concreta”.

A pesquisadora Dayse Marinho Martins (2014), elenca outra consequência do Enem para a História Local/Regional, segundo essa autora:

No que concerne à disciplina História do Maranhão, as diretrizes curriculares da rede estadual reduziram o enfoque da temática a conteúdos esparsos mesclados a questões globais ou nacionais. A referida conjuntura ilustra a adequação do ensino à necessária melhoria dos índices educacionais preconizada pelo documento em questão, ou seja, privilegia conteúdos globais contidos nos exames nacionais (MARTINS, 2014, p. 197).

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Na conclusão de sua pesquisa, Silva (2017) observou que os docentes e discentes quanto ao ensino de História consideram seu estudo importante, apontam como uma falha os currículos não abordarem essa temática. Contudo, os professores entrevistados confirmam sua hipótese, quando questionados se trabalham os conteúdos de História do Maranhão em suas aulas, justificando com os seguintes argumentos, sintetizados pela autora:

[...] essa temática não faz parte do currículo da série que trabalham endossam o planejamento e o registro de conteúdo no diário eletrônico. A ausência desse conteúdo no currículo torna-se um problema por que não é prioridade, não é contemplado pelo ENEM, e os documentos oficiais que regem a educação trabalham em formato de sugestão, sendo assim por mais que haja interesse dos docentes, esbarram no cumprimento de outras demandas. O ensino de história local exige do professor base teórica e recursos pedagógicos que auxiliem na sua prática por isso perguntamos sobre as dificuldades para desenvolver essa abordagem, e compreendemos o desconforto dos docentes ao elencarem alguns entraves como a necessidade de um material didático comum para os discentes, turmas cheias que comprometem uma atividade de campo, mas sobretudo, a quantidade excessiva de conteúdo que já são exigidos na carga horária da disciplina (SILVA, 2017, p. 34).

## **Considerações finais**

Diante do exposto, notamos que, com a implementação do ENEM, os conteúdos específicos da História do Maranhão, que ainda eram contemplados no currículo nacional, deixaram de ser exigidos, fazendo com que os estudantes se interessem menos ainda pela história local, assim como muitos docentes diminuíam a já insignificante carga-horária dedicada a esses conteúdos.

Assim, reiteramos a importância da História Local/Regional no ensino de História, neste caso, a História do Maranhão. O indivíduo faz uso da História para estudar a experiência humana dos outros no tempo, com essa pretensão, na História deve haver o cuidado na seleção dos conteúdos e sua organização, já que a finalidade desse ensino visa contribuir para a formação de consciências individuais e coletivas. Nesse sentido, para Schmidt (2007), a História Local/Regional tem papel fundamental em produzir a inserção do estudante na comunidade da qual ele faz parte, “criar a sua própria historicidade e produzir a identificação de si mesmo e também do seu redor, dentro da História, levando-

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o a compreender como se constitui e se desenvolve a sua historicidade em relação aos demais,” compreendendo “quanto há de História em sua vida, construída por ele mesmo, e quanto tem a ver com elementos externos a ele – próximos/distantes; pessoais/estruturais; temporais/espaciais” (SCHMIDT, 2007, p. 190).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei n. 9.394, de 20/12/1996). Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 17 maio.2017.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997, v.5, p. 19-45.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez Editora, 2012.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. O ensino de História do Maranhão no 1º Grau (3a. e 4a. Séries). **Cad. Pesq.** São Luís, UFMA, jul./dez. 1987.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. O Papel do Negro na historiografia. **Cad. Pesq.** São Luís, UFMA, jan./jun. 1988.

DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. O desenvolvimento das competências que nos permite conhecer. In: BRASIL, Exame Nacional do Ensino Médio. **Textos teóricos metodológicos**. Brasília: MEC/INEP, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Orgs) **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC – ANPUH – RS, 2000, p. 23-38.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão: Para uso dos alunos da escola normal**. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

GOMES, Márcio Henrique Baima. **A história do Maranhão no currículo do ensino médio (1996 – 2016)**. 2017. 125f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

MARTINS, Dayse Marinho. **Currículo e Historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902-2013)**. 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MARTINS, Dayse Marinho; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. Um olhar sobre os Livros didáticos no Ensino de História do Maranhão. **Outros Tempos**, vol. 17, n. 30, 2020, p. 43-68.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A BALAIADA NA SALA DE AULA:** ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, PPGHEN – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

PACHECO, Ricardo Aguiar. PINTO, Monike Gabrielle de Moura. O Enem como referência para o ensino de História. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 8 v.8 n.15, p. 76-85, jul-dez 2014.

PORTARIA MEC Nº 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

SILVA, Francineia Pimenta e. **O ENEM e o ensino de História:** o lugar da história local no ensino médio. 2017. 120f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.  
UEMA. PPGHEN: Dissertações. Disponível em <<http://www.ppghen.uema.br/>>.